

# O Uso do PIX por Empresas Privadas no Brasil: Impactos, Desafios e Perspectivas

## The Use of PIX by Private Companies in Brazil: Impacts, Challenges, and Perspectives

**Tiago de Almeida Santos Tergilene** Mestrando em Economia Regional e Políticas Públicas.  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – Brasil.  
<https://orcid.org/0009-0000-8286-503X>  
tastergilene.perpp@uesc.br.

**Marcelo dos Santos da Silva** Doutor em Economia. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – Brasil.  
<https://orcid.org/0009-0003-1921-4148>  
masilva@uesc.br.

**Gustavo Joaquim Lisboa** Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento.  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0001-6497-630X>  
gustavo\_lisboa@uesc.br.

**Priscila de Queiroz Leal** Doutora em Economia. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-7113-2567>  
pridequeiroz@gmail.com.

### RESUMO

A implementação do PIX, sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central do Brasil, transformou a dinâmica das transações financeiras no setor empresarial. Este estudo analisa, com base em dados secundários, a incorporação do PIX por empresas privadas brasileiras em suas operações entre 2020 e 2023, com ênfase na potencial redução de custos operacionais, na gestão do fluxo de caixa e na eficiência nas rotinas financeiras. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, baseada em revisão de literatura e análise documental de relatórios e estatísticas oficiais sobre meios de pagamento. Os resultados indicam que o PIX favoreceu a redução do tempo de liquidação financeira, ampliou a competitividade no varejo e estimulou a digitalização de pequenos negócios, especialmente de micro e pequenas empresas. Como desafios, destacam-se demandas por atualização tecnológica, necessidade de adaptação a normas de segurança e ajustes nos processos internos de conciliação e controle fiscal. Conclui-se que o PIX se consolidou como infraestrutura estratégica para o ambiente de negócios no Brasil, com tendência de expansão via novas funcionalidades, como PIX Automático e integrações ao Open Finance.

**Palavras-chave:** PIX; sistema de pagamentos; transações financeiras.

### ABSTRACT

The implementation of PIX, the Brazilian Central Bank's instant payment system, has transformed the dynamics of financial transactions in the business sector. This study analyzes, based on secondary data, the adoption of PIX by Brazilian private companies in their operations between 2020 and 2023, with emphasis on its potential to reduce operational costs, improve cash flow management, and enhance efficiency in financial routines. Methodologically, this is a qualitative, descriptive study based on a literature review and documentary analysis of reports and official statistics on payment methods. The results indicate that PIX has reduced financial settlement times, increased competitiveness in the retail sector, and fostered the digitalization of small businesses, particularly micro and small enterprises. Key challenges include the need for technological upgrades, adaptation to security standards, and adjustments in internal reconciliation and tax control processes. It is concluded that PIX has become a strategic infrastructure for the business environment in Brazil, with a tendency to expand through new functionalities, such as PIX Automático and integrations with Open Finance.

**Keywords:** PIX; payment system; financial transactions.

Recebido em 05/09/2025. Aprovado em 13/01/2026. Avaliado pelo sistema *double blind peer review*. Publicado conforme normas da ABNT.

<https://doi.org/10.22279/navus.v18.2195>

## 1 INTRODUÇÃO

Os meios de pagamento desempenham um papel fundamental na evolução da sociedade, refletindo a busca contínua da humanidade por soluções que simplifiquem as transações do cotidiano. Segundo o Dicionário Houaiss, a simplicidade pode ser definida como um "comportamento natural e espontâneo" ou como a "ausência de complicação" (HOUISS, 2009). Nesse contexto, a trajetória histórica dos meios de pagamento evidencia esse esforço constante em direção à praticidade e à eficiência nas relações econômicas.

Na pré-história, em uma economia baseada no escambo, as trocas eram realizadas diretamente entre bens, sem a existência de uma equivalência de valor padronizada. Com o crescimento das comunidades e o desejo de diversificação dos recursos, tornou-se necessário desenvolver mecanismos de troca mais eficientes e organizados. Povos como os astecas, por exemplo, utilizaram grãos de cacau como moeda de troca, em razão de seu valor cultural e alimentar. Essa evolução econômica ocorreu de forma gradual, culminando na criação das moedas metálicas, inicialmente cunhadas em ouro e prata, que passaram a representar o primeiro meio de pagamento amplamente aceito e reconhecido, facilitando as transações comerciais.

Com o passar dos séculos, a necessidade de segurança e eficiência impulsionou novas inovações. O surgimento das instituições bancárias facilitou a circulação do papel-moeda, proporcionando maior estabilidade ao sistema econômico. No Brasil, a criação do Banco do Brasil, em 1808, representou um marco relevante na organização monetária e financeira do país (Amorim, 2021). Ao longo do século XIX, o sistema bancário brasileiro passou por diferentes fases de reorganização institucional, incluindo períodos de extinção e recriação do Banco do Brasil. Nesse contexto, empresários como Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, desempenharam papel relevante na expansão das atividades financeiras e na consolidação do crédito no Império, contribuindo para o desenvolvimento do mercado bancário nacional (Vieira; Pereira; Pereira, 2012).

A modernização do sistema financeiro brasileiro ganhou força com a promulgação da lei nº 4.595, em 1964, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional (SFN), estabelecendo uma infraestrutura sólida para a intermediação financeira e a transferência de capital (Vieira; Pereira; Pereira, 2012). Com o avanço da tecnologia, os meios eletrônicos de pagamento, como os cartões de crédito e débito, passaram a oferecer maior comodidade e segurança aos consumidores, minimizando os riscos associados ao dinheiro em espécie (Leite, 2021).

Atualmente, a transformação digital tem se consolidado como uma das principais dinâmicas do mercado financeiro, impulsionando a digitalização dos pagamentos. O avanço tecnológico e a necessidade de agilidade nas transações resultaram na criação do PIX, um sistema de pagamentos instantâneos desenvolvido pelo Banco Central do Brasil (BCB) e lançado em novembro de 2020. Com a possibilidade de realizar transações em tempo real, 24 horas por dia, o PIX rapidamente se consolidou como o método de pagamento preferido dos brasileiros, movimentando R\$ 0,9 trilhão em 2022, em operações feitas por mais de 40 milhões de usuários (BCB, 2023b).

Segundo Leite (2021), métodos tradicionais como a Transferência Eletrônica Disponível (TED) e o Documento de Ordem de Crédito (DOC) perderam relevância frente ao PIX, que oferece maior rapidez, segurança e acessibilidade. Além disso, estudos como o de Martins et al. (2022) indicam que a digitalização bancária tem contribuído para a ampliação da inclusão financeira ao facilitar o acesso de indivíduos e empresas a serviços financeiros anteriormente restritos ao modelo tradicional de atendimento presencial.

O PIX, além de aumentar a eficiência das transações financeiras, também impulsionou o comércio eletrônico e fortaleceu a competitividade das empresas privadas. Pequenos e médios negócios passaram a utilizar o sistema como alternativa de pagamento, reduzindo custos operacionais e ampliando o alcance no mercado digital. Essa inovação também facilitou o acesso ao crédito e a movimentação financeira de Microempreendedores Individuais (MEIs), promovendo maior dinamismo econômico.

Diante dessa evolução nos meios de pagamento, este estudo busca responder à seguinte questão: Como as empresas privadas no Brasil têm adotado o PIX em suas operações e quais são os efeitos dessa adoção sobre o ambiente de negócios? O objetivo geral do estudo é analisar de que forma as empresas privadas têm utilizado o PIX em suas operações e avaliar os efeitos desse uso sobre o ambiente de negócios. A pesquisa se justifica pela crescente relevância do PIX no cenário econômico brasileiro e pelo impacto significativo que ele trouxe para a gestão financeira das empresas. Assim, o estudo contribui para um entendimento mais aprofundado da transformação digital no setor financeiro.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva, desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e análise documental. Foram utilizados dados secundários, obtidos

em fontes oficiais, especialmente publicações do BCB, além de artigos científicos e estudos setoriais relacionados aos sistemas de pagamento no Brasil. A análise consistiu na sistematização e interpretação das informações coletadas, com o objetivo de identificar tendências e padrões referentes à adoção do PIX por empresas privadas, bem como seus impactos e desafios no ambiente de negócios brasileiro.

O artigo está estruturado em quatro seções adicionais, além desta introdução. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico, abordando as principais escolas de pensamento econômico, e a composição e estrutura do SFN e suas interações com os meios de pagamento. A terceira seção explora o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), detalhando o cenário e os desafios enfrentados na implementação do PIX. A quarta seção contém a análise de como o PIX tem beneficiado as empresas privadas, destacando seus impactos na digitalização dos negócios. Após esta última seção, são apresentadas as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO SFN

A economia moderna é sustentada por diversas escolas de pensamento que analisam o funcionamento do sistema financeiro e seus efeitos no crescimento econômico. Entre elas, três destacam-se na explicação da dinâmica financeira: a keynesiana, a austríaca e a monetarista. Cada uma apresenta perspectivas distintas sobre o papel do dinheiro e dos meios de pagamento, influenciando diferentes abordagens de política econômica.

A escola keynesiana, baseada nas ideias de John Maynard Keynes, defende uma intervenção estatal para garantir o equilíbrio econômico. Segundo Keynes (1936), a demanda agregada impulsiona o crescimento, e os meios de pagamento devem ser regulados para garantir a estabilidade nas transações. Sob essa ótica, o PIX pode ser interpretado como uma ferramenta que aprimora a circulação monetária e facilita a inclusão financeira ao reduzir barreiras no acesso ao crédito.

A escola austríaca, por sua vez, preza pela mínima intervenção estatal e valoriza a livre concorrência e a descentralização financeira. Autores como Hayek (1976) e Mises (1949) argumentam que a eficiência econômica depende da autonomia dos agentes de mercado. Nesse contexto, o PIX é visto como uma inovação que reduz a dependência das instituições financeiras tradicionais, proporcionando mais liberdade na gestão dos pagamentos.

Os monetaristas, liderados por Friedman (1968), enfatizam o controle da oferta monetária como ferramenta para regular a economia. Para essa escola, a estabilidade depende da previsibilidade no controle financeiro da inflação e da circulação do dinheiro. O PIX, ao possibilitar transações instantâneas e reduzir custos bancários, contribui para aumentar a velocidade da circulação monetária.

Além das abordagens seminais, estudos recentes destacam o papel dos pagamentos digitais na transformação do setor financeiro. Córdova, Diniz e Gonzalez (2014) apontam que a digitalização dos meios de pagamento melhorou a eficiência econômica. Matosso e Rossi (2017) reforçam que a inclusão financeira, promovida por novos métodos de pagamento, contribui para a redução das desigualdades econômicas.

O sistema financeiro de um país exerce papel essencial na inclusão financeira e no desenvolvimento econômico. Córdova, Diniz e Gonzalez (2014) afirmam que o acesso e o uso dos serviços financeiros refletem diretamente o grau de desenvolvimento de uma nação. Políticas como a ampliação do crédito e a oferta de contas simplificadas fortalecem os vínculos entre os cidadãos e o Estado (Matosso; Rossi, 2017).

O SFN estruturou-se para garantir a circulação eficiente da moeda e a intermediação financeira no Brasil. De acordo com Silva *et al.* (2016), o SFN é composto por instituições e instrumentos que facilitam a transferência de recursos entre os agentes econômicos e está dividido em quatro áreas principais: o mercado monetário, que regula a oferta de liquidez na economia; o mercado de crédito, que viabiliza empréstimos para consumo e atividades empresariais; o mercado de capitais, que facilita a negociação de valores mobiliários e direciona recursos para investimentos; e o mercado cambial, que operacionaliza a compra e venda de moedas estrangeiras (Cavalcante, 2002).

A estrutura do SFN é composta por órgãos normativos, supervisores e operadores. Os órgãos normativos incluem o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc). Os órgãos supervisores, como o BCB e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), fiscalizam as instituições financeiras. Já os órgãos operadores abrangem bancos, administradoras de consórcios, seguradoras e bolsas de valores (BCB, 2024a).

A cidadania financeira tornou-se um conceito central no SFN, promovendo a inclusão financeira, a educação financeira e a proteção ao consumidor de serviços financeiros (Gomes, 2022). A educação financeira,

conforme definição da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), visa melhorar o conhecimento dos consumidores sobre os produtos financeiros e os riscos envolvidos.

O SFN constitui a base para a transferência financeira no Brasil, garantindo que as transações sejam realizadas de maneira eficiente e fiscalizada. O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inserido neste contexto, evoluiu ao longo dos anos, acompanhando mudanças econômicas e avanços tecnológicos. Até a década de 1990, as reformas focavam apenas no combate à inflação e na agilidade das transações financeiras. Mais recentemente, uma reforma conduzida pelo Banco Central priorizou a administração de riscos (BCB, 2023b).

O SPB é composto por instituições, processos e tecnologias que viabilizam pagamentos financeiros em todo o território nacional. O BCB regula o sistema e supervisiona as Infraestruturas do Mercado Financeiro (IMF), que operam sob as normas do CMN e da CVM.

A implementação do Sistema de Transferência de Reservas (STR) em 2002 foi um marco para o SPB. Com o STR, o Brasil passou a integrar o grupo de países que realiza transferências interbancárias em tempo real, amenizando riscos de liquidação e prevenindo efeitos em cascata no sistema financeiro (Leite, 2021). As alterações no regime de operação de contas de reservas bancárias e a liquidação em tempo real das operações com títulos públicos federais também foram aprimoradas no âmbito do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

A reforma do SPB foi fortalecida por medidas legais, como a Lei 10.214/2001, que regulamenta a compensação multilateral nos sistemas de liquidação (Fernandes, 2022). Com o passar do tempo, mudanças inovadoras foram implementadas, como a introdução da TED em 2002, permitindo transferências no mesmo dia. Mais recentemente, em novembro de 2020, o PIX foi lançado pelo Banco Central do Brasil, ampliando a inclusão financeira e a competitividade no SFN, em consonância com iniciativas de digitalização do sistema financeiro, como o open finance (BCB, 2023b).

O avanço do PIX exemplifica o impacto da digitalização no sistema financeiro, tornando as transações mais ágeis e acessíveis. Sua implementação trouxe maior eficiência às operações bancárias e impulsionou a inclusão financeira de milhões de brasileiros. O PIX se consolida como um dos principais meios de pagamento do país, refletindo a transformação do mercado financeiro em direção à inovação e à acessibilidade.

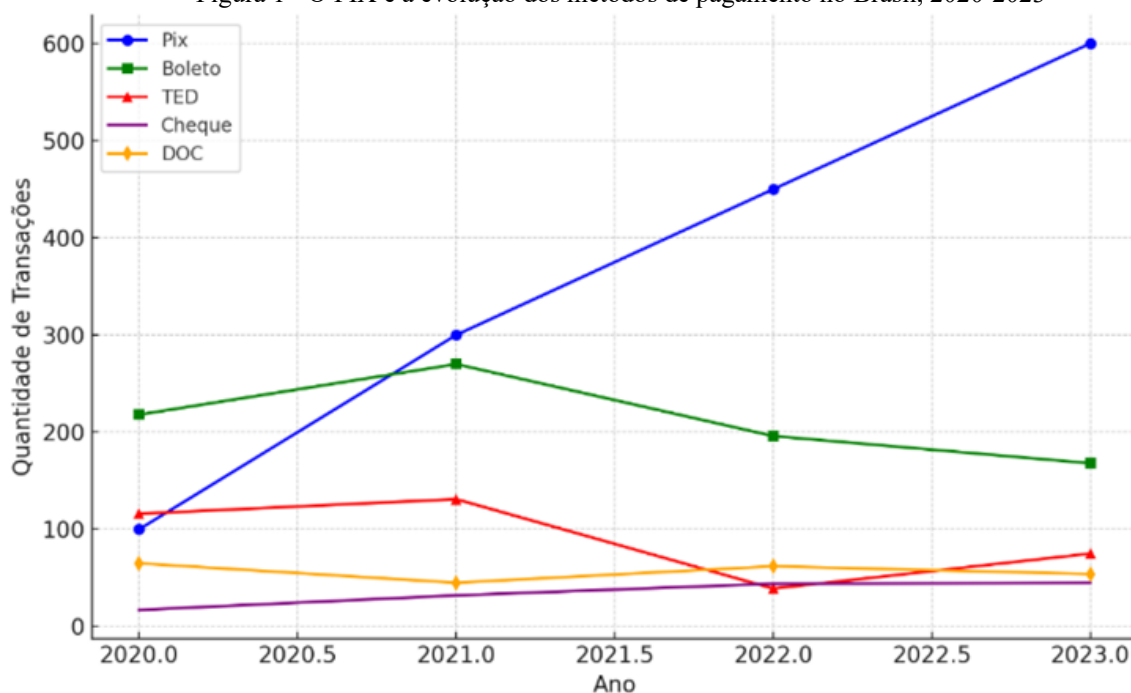
### **3 O SPB E A IMPLEMENTAÇÃO DO PIX**

O Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) transformou o sistema de pagamentos no Brasil ao permitir transferências instantâneas entre pessoas, empresas e instituições, a qualquer momento, todos os dias do ano. Esse avanço proporcionou maior agilidade e acessibilidade às transações financeiras, reduzindo barreiras impostas pelos métodos tradicionais, como a TED e o já extinto DOC.

Para viabilizar esse funcionamento, o SPI constitui uma infraestrutura centralizada responsável pela liquidação em tempo real das transações realizadas por meio do PIX. Gerenciado pelo Banco Central do Brasil, o SPI possibilita a criação de novos produtos financeiros e fomenta a inovação no mercado de pagamentos.

No âmbito do SPB, que engloba o SPI, o crescimento do volume de transações entre 2020 e 2023 demonstra a rápida adoção do PIX. Em 2021, observou-se um aumento expressivo nas transações em relação a 2020, evidenciando a adesão da população ao novo sistema. Esse crescimento contínuo, conforme ilustrado na Figura 1, indica a consolidação do PIX, em curto intervalo de tempo, como um dos principais métodos de pagamento no país (BCB, 2024b).

Figura 1 - O PIX e a evolução dos métodos de pagamento no Brasil, 2020-2023

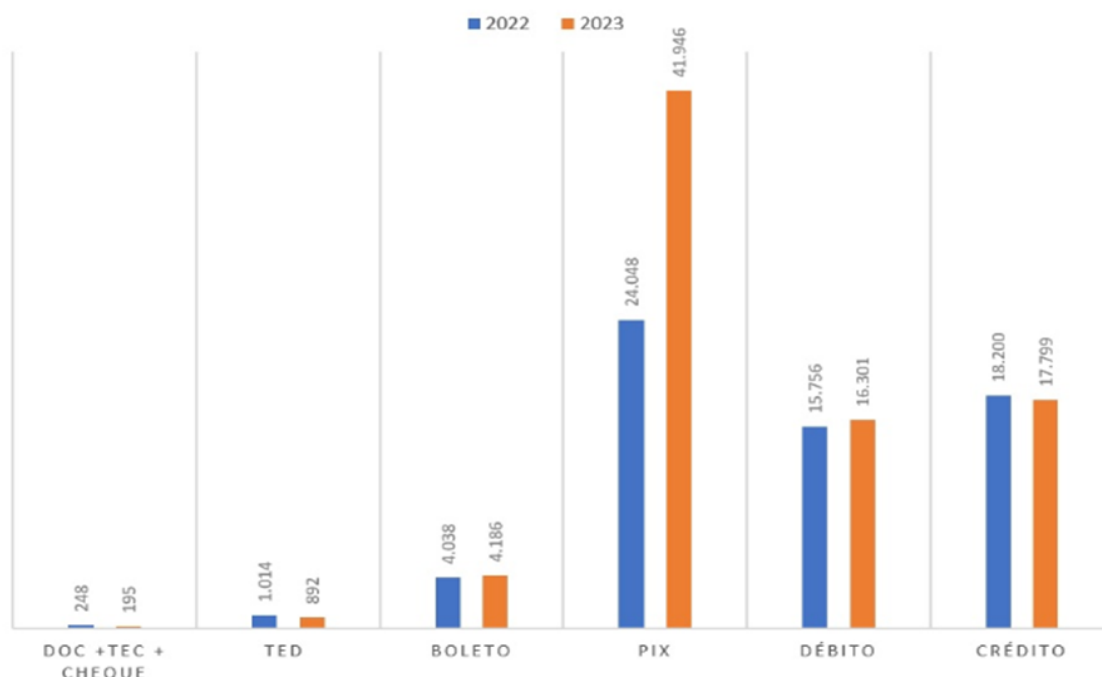


Fonte: BCB (2024b).

Em 2023, o PIX registrou aproximadamente 42 bilhões de transações, representando um aumento de 75% em relação ao ano anterior (FEBRABAN, 2024). Esse crescimento indica elevada adesão ao sistema e sua consolidação como instrumento recorrente nas transações financeiras cotidianas.

A Figura 2 apresenta a comparação entre o volume de transações do PIX com outros meios de pagamento nos anos de 2022 e 2023. Observa-se sua predominância em relação ao cartão de crédito e débito, ao boleto bancário, à TED, ao DOC, aos cheques e à Transferência Eletrônica de Crédito (TEC), que, em conjunto, somaram 39,4 bilhões de transações (FEBRABAN, 2024).

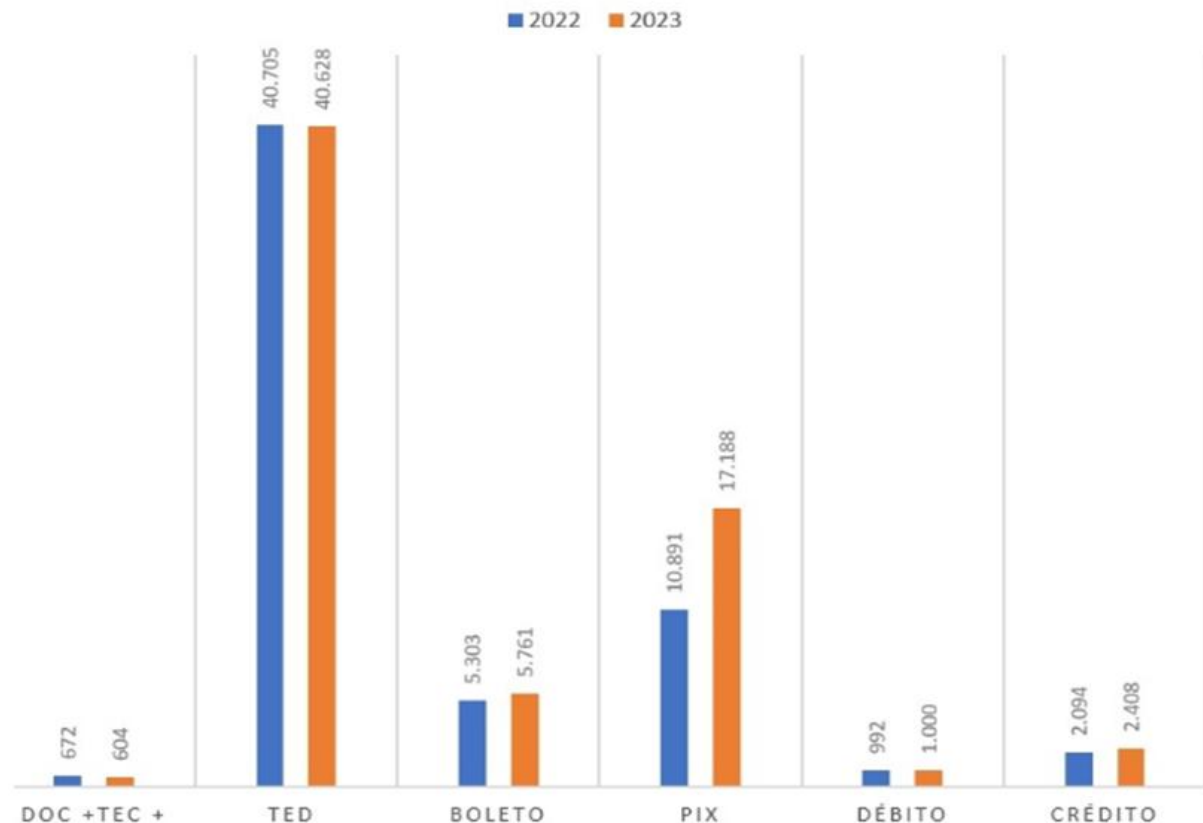
Figura 2 - Meios de pagamentos em volume transacionado (milhões de transações)



Fonte: FEBRABAN (2024).

A Figura 3 apresenta os valores transacionados entre 2022 e 2023, demonstrando o crescimento de aproximadamente 58% nas transferências via PIX, que passaram de R\$ 10,89 trilhões para R\$ 17,18 trilhões. Apesar desse avanço, o montante total transacionado pelo PIX ainda é inferior ao da TED, que movimentou R\$ 40,6 trilhões. Os dados indicam que o PIX é utilizado predominantemente para pagamentos de menor valor, enquanto a TED permanece como instrumento preferencial para transações de maior valor, com valor médio por transação de R\$ 46.000,00. No caso do PIX, o valor médio por transação é de R\$ 420,00 (FEBRABAN, 2024).

Figura 3 - Valores transacionados nos meios de pagamento (trilhões de reais correntes)



Fonte: FEBRABAN (2024).

O crescimento do PIX está associado a mudanças no setor financeiro, incluindo maior eficiência operacional, redução de custos e avanços na inclusão financeira. Além disso, sua ampla adoção impulsiona a concorrência entre bancos e *fintechs*, incentivando aprimoramentos constantes na oferta de serviços financeiros. Para garantir segurança, o Banco Central do Brasil implementou medidas como limites de transação, prazos para efetivação de aumentos de limite e bloqueios temporários para análise de risco (Sant'Ana; Borges, 2021).

A ampla adoção do PIX reforça sua importância no SPB, reduzindo o uso de métodos tradicionais como a TED e o DOC, este último, descontinuado em fevereiro de 2024 (FEBRABAN, 2024). O Banco Central do Brasil tem implementado atualizações no sistema com o objetivo de atender novas demandas e ampliar sua abrangência. Contudo, desafios como à inclusão digital e à segurança das transações ainda exigem atenção, especialmente para evitar exclusão de usuários que dependem da moeda em espécie.

A adoção do PIX tem influenciado o comportamento de investidores e empresas, repercutindo em decisões estratégicas no setor financeiro. A atividade bancária é essencialmente influenciada por exigências regulatórias e competição acirrada, tornando a busca por inovações um processo contínuo (Cunha, 2020; Chaves, 2021; Torres, 2024). Apesar dos desafios, o PIX se estabeleceu como um dos principais métodos de pagamento no Brasil, reconfigurando dinâmicas no mercado financeiro e contribuindo para maior eficiência nas transações monetárias.

#### 4 O PIX E AS EMPRESAS PRIVADAS

A utilização do PIX tem sido associada a benefícios operacionais, entre os quais se destacam a redução de custos, a melhoria no fluxo de caixa e maior segurança nas transações. A eliminação de taxas associadas a métodos tradicionais, como a TED e o DOC, contribuiu para a redução de custos operacionais, especialmente no manuseio de moeda em espécie. Além disso, a rapidez das transações permitiu um gerenciamento mais eficiente do fluxo de caixa, com recebimentos imediatos e maior controle financeiro. No que se refere à segurança, o PIX, por meio de medidas avançadas de proteção, tem contribuído para a redução de fraudes e perdas financeiras, garantindo um ambiente de transações mais seguro.

Desenvolvido pelo Banco Central do Brasil, o PIX contribuiu para a modernização do sistema de pagamentos ao oferecer uma alternativa rápida, segura e disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana. Para as empresas, a principal vantagem é a agilidade nas transações financeiras, permitindo que pagamentos sejam concluídos em segundos, sem a necessidade de respeitar horários bancários (FEBRABAN, 2023). Além disso, a redução de intermediários no processo de pagamento contribui para a otimização financeira, beneficiando especialmente pequenas e médias empresas (BCB, 2020a).

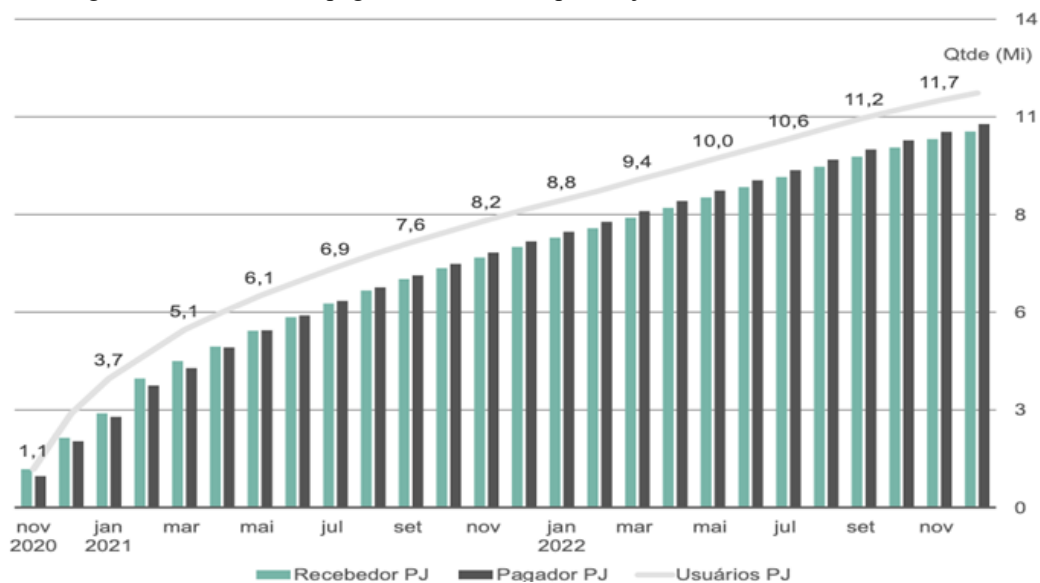
Outro benefício do PIX é a flexibilidade nas modalidades de pagamento. O PIX cobrança permite a emissão de cobranças com vencimento, funcionando de forma semelhante ao boleto bancário, porém com liquidação instantânea, podendo contribuir para a redução da inadimplência e facilitando a automação financeira. O PIX em lote atende empresas que precisam realizar múltiplas transações simultaneamente, simplificando a gestão de pagamentos. O QR code do PIX mostrou-se uma ferramenta essencial para o varejo, permitindo um *checkout* mais ágil e seguro. Já o PIX dinâmico possibilita a inclusão de informações detalhadas em cada transação, como juros e descontos, sendo especialmente útil para *e-commerces* e serviços de assinatura (BCB, 2020a).

A introdução do PIX impulsionou as empresas a alinharem-se às tendências digitais e às novas demandas dos consumidores (Pinheiro, 2020). Além disso, o PIX pode contribuir para a sustentabilidade operacional do sistema financeiro, ao reduzir a necessidade de moeda em espécie, promovendo a digitalização e a eficiência nas operações financeiras (BCB, 2020b). Empresas de pagamento e instituições bancárias também inovaram com a integração do PIX aos seus aplicativos digitais.

A campanha #PIXParaNegócios, lançada pelo Banco Central do Brasil em novembro de 2021, contribuiu para ampliar a adoção do sistema no setor empresarial. Essa iniciativa visou estimular o uso do PIX no varejo por meio de conteúdos informativos e depoimentos de empreendedores, demonstrando a versatilidade do sistema para empresas de todos os portes e segmentos (BCB, 2023c). Durante a pandemia de COVID-19, empresas que adotaram o PIX registraram uma redução média de 33% no faturamento, enquanto aquelas que não aderiram apresentaram uma queda média de 44%, evidenciando maior resiliência econômica entre as primeiras (FGV, 2022).

O estudo de Schapiro, Mouallem e Dantas (2023) examina o papel do Banco Central do Brasil na criação e operação do PIX, o que esteve associado à sua aceitação pelo mercado e pelos consumidores. Além disso, Medeiros (2023) analisa o potencial do PIX para ampliar a eficiência das operações transfronteiriças. Dados da Fundação Getúlio Vargas indicam que 86% das empresas brasileiras utilizam o PIX (FGV, 2023). Até dezembro de 2022, aproximadamente 11,9 milhões de pessoas jurídicas haviam realizado ou recebido ao menos uma transação via instrumento, correspondendo a 67% das pessoas jurídicas com contas bancárias no país (BCB, 2023c).

Figura 4 - Recebedores, pagadores e usuários pessoa jurídica do PIX, em milhões, 2020-2022



Fonte: BCB (2023c).

Os dados da Figura 4 demonstram um crescimento significativo da adesão ao PIX entre empresas. Em novembro de 2020, aproximadamente 1,1 milhão de pessoas jurídicas utilizavam o sistema. Esse número aumentou de forma contínua, atingindo 11,7 milhões em novembro de 2022, o que representa crescimento aproximado de 964% no período de dois anos, refletindo sua popularização e aceitação no mercado. O setor de comércio varejista apresentou o maior número de adesões, seguido pelos setores de serviços administrativos, alimentação e atividades auxiliares financeiras (BCB, 2023c).

Os participantes do PIX são diversos, abrangendo instituições financeiras e de pagamento. Desde seu lançamento, o sistema se caracteriza por ser aberto, permitindo a participação de diferentes tipos de instituições. Em 2022, o PIX contava com cerca de 795 instituições participantes, das quais apenas 20% atuavam diretamente com conexão ao SPI, enquanto 80% operavam indiretamente, utilizando intermediários para acessar o sistema (Figura 5) (Silva *et al.*, 2024).

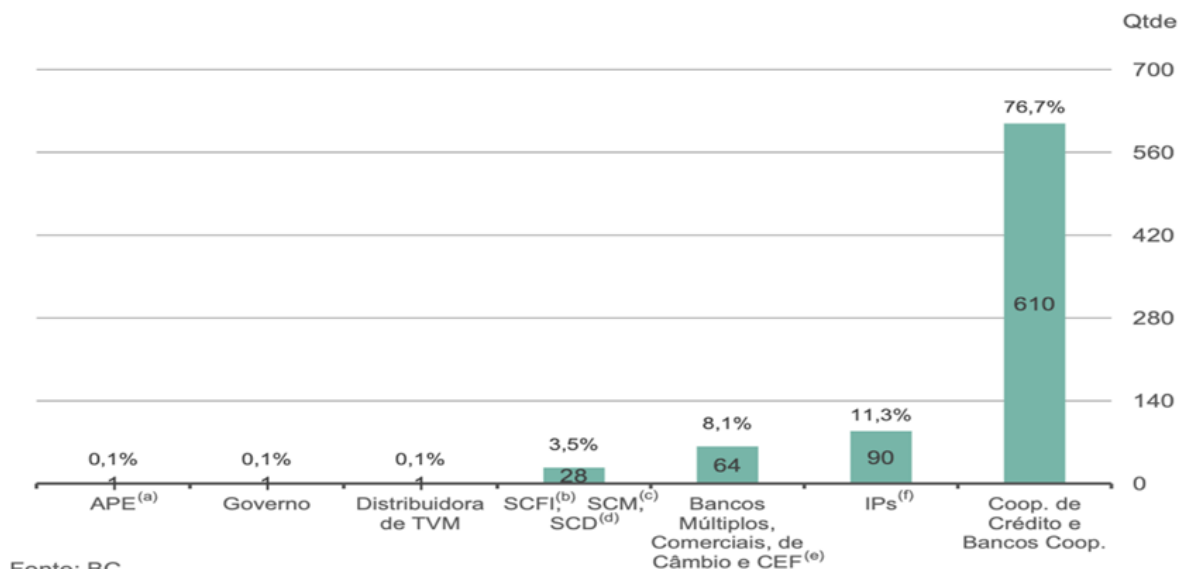
Figura 5 - instituições financeiras e instituições de pagamentos ativas no PIX, 2020-2022



Fonte: BCB (2023c).

A participação no PIX tornou-se estratégica no contexto competitivo para instituições financeiras e de pagamento não apenas por sua popularidade, mas também por exigências regulatórias. Embora a adesão ao PIX seja obrigatória para determinadas instituições financeiras, muitas optam por participar voluntariamente para atender às demandas do mercado. A inclusão de cooperativas de crédito no sistema tem sido relevante, representando 76,7% do total de instituições participantes analisadas (Figura 6), dada sua flexibilidade e proximidade com comunidades locais e pequenos negócios. Assim, a adesão das cooperativas ao PIX permite oferecer serviços financeiros a custo reduzido, contribuindo para a inclusão financeira.

Figura 6 - Participação das instituições financeiras por segmento, 2022



Fonte: BC

Fonte: BCB (2023c).

Nota: (a) Associação de Poupança e Empréstimo (APE); (b) Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI); (c) Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP); (d) Sociedade de Crédito Direto (SCD); (e) Caixa Econômica Federal (CEF); (f) Instituições de Pagamento (IP).

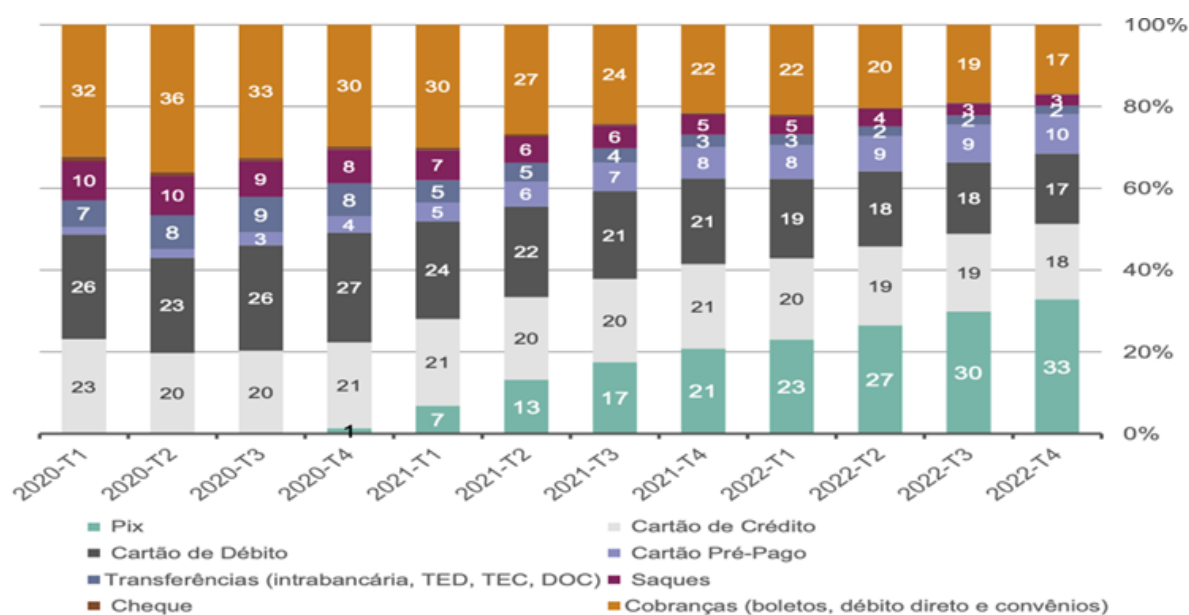
A diversificação dos participantes do PIX pode ser associada à ampliação do acesso aos meios de pagamento eletrônicos no Brasil. Acredita-se que a predominância das cooperativas de crédito no sistema se deve à sua capacidade de adaptação e à proximidade com os clientes, além de um maior número de cooperativas frente a outras instituições de intermediação de recursos financeiros. Segundo Fernandes (2022), o PIX possibilitou que essas instituições menores competissem com grandes bancos, consolidando-se como um instrumento essencial na infraestrutura financeira do país.

Para empresas que desejam integrar o PIX, fatores como capacidade técnica, infraestrutura e suporte constituem requisitos importantes para assegurar a implementação eficiente e o gerenciamento adequado das transações. Além disso, a conformidade regulatória e a segurança dos dados constituem prioridades, na medida em que exigem a adoção das melhores práticas para proteger seus clientes. O PIX também permite que empresas realizem pagamentos a colaboradores e fornecedores de forma ágil e eficiente, reduzindo a dependência de métodos tradicionais com liquidação não instantânea, como a TED (BCB, 2023c).

#### 4.1 O PIX inserido no mercado de pagamentos de varejo.

A crescente adoção do PIX no varejo reflete sua ascensão como um dos meios de pagamento mais eficientes e acessíveis no Brasil. Sua ampla aceitação e instantaneidade beneficiam tanto comerciantes quanto consumidores, contribuindo para sua rápida disseminação no sistema de pagamentos. Em 2023, os instrumentos tradicionais de pagamento somaram aproximadamente 39,4 bilhões de transações, enquanto o PIX liderou em volume de operações. No entanto, em termos de valores transacionados, o PIX ocupou a segunda posição, movimentando cerca de R\$ 17,2 trilhões, atrás apenas da TED, que alcançou aproximadamente R\$ 40,6 trilhões. Esse resultado está associado ao fato de que o PIX é amplamente utilizado em pagamentos de menor valor médio (BACEN, 2023c). No último trimestre de 2021, o sistema registrou cerca de 3,9 bilhões de operações, conforme demonstrado na Figura 7.

Figura 7 - Percentual de transações por participação de instrumento no varejo, 2020-2022



Fonte: BACEN (2023c).

A Figura 7 evidencia que o PIX se consolidou como um dos instrumentos de pagamento de maior crescimento no Brasil. Desde seu lançamento, no final de 2020, sua participação passou de aproximadamente 1% para 33% no quarto trimestre de 2022. Em contrapartida, as transferências interbancárias (TED e DOC) reduziram

sua participação de 26% para 18%, evidenciando perda de participação concomitante ao avanço do PIX. Os cartões de débito e crédito mantiveram participação relativamente estável ao longo do período, enquanto cobranças como boletos e débitos diretos apresentaram redução de 32% para 17%. Observa-se também diminuição gradual da participação de saques e cheques, sugerindo um movimento de substituição entre instrumentos de pagamento no varejo brasileiro.

#### 4.2 O PIX inserido no mercado de pagamentos de empresas privadas.

A evolução do PIX no ambiente empresarial tem consolidado seu papel como um dos principais meios de pagamento no Brasil. Desde seu lançamento, em novembro de 2020, o sistema foi desenvolvido para suprir lacunas nos métodos tradicionais, facilitando transações para empresas privadas de diferentes segmentos. Com o avanço de novas funcionalidades, o PIX não apenas simplifica operações financeiras, mas também impulsiona a inovação no setor privado (BCB, 2023c).

O PIX impactou profundamente o mercado de pagamentos, tornando-se essencial para empresas que atuam tanto no comércio digital quanto no físico. Para as empresas privadas, especialmente no *e-commerce* e serviços financeiros, consolidou-se como meio de pagamento amplamente aceito (EXAME, 2022). Além disso, o PIX não beneficia apenas grandes corporações: pequenos negócios e microempreendedores também são favorecidos pela redução de custos operacionais, em comparação a meios tradicionais como cartões de crédito e débito, que possuem taxas adicionais (BCB, 2023c).

Além do setor varejista, empresas de serviços financeiros e tecnologia, como *fintechs* e plataformas de *banking as a service*, integram o PIX em suas soluções, proporcionando maior flexibilidade e inovação ao mercado (FORBES Brasil, 2023). Entre as inovações mais esperadas, destacam-se o PIX automático<sup>1</sup>, que permitirá pagamentos recorrentes de forma semelhante ao débito automático, facilitando assinaturas e transações frequentes. O PIX parcelado (ou PIX garantido) permitirá parcelamentos, assegurando recebimentos para empresas e proporcionando maior flexibilidade aos consumidores (BCB, 2023c).

Outro avanço importante será o PIX *offline*, que permitirá transações sem necessidade de conexão à internet. Essa funcionalidade será especialmente útil para empresas que operam em regiões com baixa conectividade, como setores de transporte e comércio em áreas remotas. A ampliação da aceitação do PIX também se dará por meio do PIX internacional, que facilitará transferências instantâneas entre países, tornando-se uma alternativa viável e econômica para pagamentos internacionais (BCB, 2023c).

O PIX por aproximação<sup>2</sup> é outra inovação que promete transformar o varejo e serviços de alta rotatividade, como pedágios, estacionamentos e transporte público. Utilizando tecnologias como NFC e RFID, essa funcionalidade permitirá pagamentos sem contato, agilizando transações e ampliando a conveniência para consumidores e empresas (BCB, 2023c).

O PIX consolidou-se como um dos principais instrumentos do SPB, promovendo inclusão financeira e eficiência operacional para empresas de todos os portes. Com as inovações previstas, sua participação no mercado tende a crescer ainda mais, tornando-se um componente essencial na digitalização do setor financeiro e na modernização das transações comerciais no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a incorporação do PIX por empresas privadas no Brasil e seus impactos sobre o ambiente de negócios entre 2020 e 2023. A partir da análise de dados secundários e da literatura especializada, observou-se que o sistema de pagamentos instantâneos introduzido pelo Banco Central do Brasil (BCB) promoveu mudanças relevantes na dinâmica das transações financeiras no país.

Os resultados indicam que o PIX se consolidou como um dos principais instrumentos do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), apresentando rápida expansão em número de usuários e volume de operações. Sua disponibilidade contínua, liquidação em tempo real e facilidade de integração com plataformas digitais

<sup>1</sup> Essa modalidade tornou-se disponível para o mercado em 16 de junho de 2025.

<sup>2</sup> O PIX por aproximação começou a funcionar no dia 28 de fevereiro de 2025.

contribuíram para ampliar sua utilização por empresas de diferentes portes e setores econômicos. No ambiente empresarial, destacam-se benefícios associados à maior agilidade nas transações, à melhoria na gestão do fluxo de caixa e à simplificação de processos de pagamento e recebimento.

A adoção do PIX também se relaciona ao avanço da digitalização no sistema financeiro e ao surgimento de novos modelos de negócios baseados em soluções tecnológicas, como *fintechs* e plataformas de *banking as a service*. Nesse contexto, empresas passaram a incorporar o PIX como alternativa complementar aos meios de pagamento tradicionais, especialmente em operações de menor valor e em transações que demandam liquidação imediata.

Embora o sistema apresente vantagens operacionais relevantes, os resultados indicam que sua implementação também demanda adaptações organizacionais. A liquidação instantânea das transações requer ajustes nos processos de conciliação financeira, na integração com sistemas contábeis e na gestão de informações fiscais, especialmente para empresas que ainda operam com baixo nível de automação em suas rotinas administrativas.

Do ponto de vista institucional, cabe destacar que a participação no PIX ocorre dentro de um arcabouço regulatório definido pelo Banco Central do Brasil, que estabelece regras para instituições participantes e diretrizes de funcionamento do sistema. No entanto, a adoção do PIX por empresas privadas ocorre predominantemente de forma voluntária, sendo influenciada por fatores como conveniência operacional, custos associados aos meios de pagamento e demandas do mercado.

Outro aspecto relevante refere-se ao potencial do PIX para ampliar o acesso aos serviços financeiros, especialmente entre pequenos negócios e microempreendedores. Ao facilitar transações digitais e reduzir barreiras operacionais, o sistema pode contribuir para maior inclusão financeira e para a modernização das rotinas financeiras empresariais.

Por fim, observa-se que o PIX tende a continuar evoluindo por meio da incorporação de novas funcionalidades, como o PIX Automático e outras integrações com iniciativas de *open finance*. Essas inovações indicam que o sistema deverá manter papel relevante na transformação do mercado de pagamentos no Brasil, estimulando a inovação, a concorrência entre instituições financeiras e a ampliação de soluções digitais no ambiente empresarial.

Como limitações do estudo, destaca-se o uso exclusivo de dados secundários e a ausência de investigação empírica direta com empresas usuárias do sistema. Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras explorem abordagens quantitativas ou estudos de caso que permitam analisar com maior profundidade os efeitos do PIX sobre a gestão financeira e a estratégia competitiva das organizações.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, P. PIX lidera ranking de transações após 3 meses de sua criação no mercado. **FDR**, São Paulo, 16 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://fdr.com.br/2021/02/16/PIX-lidera-ranking-de-transacoes-apos-3-meses-de-sua-criacao-no-mercado>>. Acesso em: 30 de nov. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Manual de padrões para iniciação do PIX**, 2020a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/PIXIIManualdePadroesparaIniciacaoodoPIX.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Estabilidade financeira**, 2020b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/PIX>. Acesso em: 2 nov. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Estatísticas do PIX**, 2023a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/estatisticasPIX>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Relatório integrado do Banco Central**, 2023b. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/rig/rig\\_2023.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/rig/rig_2023.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Relatório de gestão do PIX**, 2023c. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/PIX/relatorio\\_de\\_gestao\\_PIX/relatorio\\_gestao\\_PIX\\_2023.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/PIX/relatorio_de_gestao_PIX/relatorio_gestao_PIX_2023.pdf). Acesso em: 9 ago. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Sistema Financeiro Nacional (SFN)**, 2024a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)**. 2024b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/spb>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CAVALCANTE, F. **Mercado de capitais**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

CHAVES, I. **Blockchain e criptomoedas**. Curitiba: Intersaberes, 2021.

Como o PIX está moldando o futuro do varejo. **FORBES Brasil**, São Paulo, 2023.

CÓRDOVA, R.; DINIZ, E. H.; GONZALEZ, L. **Inclusão financeira e correspondentes bancários**. GVExecutivo, v. 13, n. 1, 58-59, 2014. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/5150a18c-a7d7-41a3-8ce8-37e847b7838e/content>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CUNHA, M. G. **Respostas estratégicas de bancos tradicionais aos diferentes modelos de negócios emergentes no segmento de investimentos: análise sob a ótica das capacidades dinâmicas**. 2020. 139f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Organizacional) - Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30106/4/RespostasEstrategicasBancos.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2023 - v. 2**, 2023. Disponível em: <https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20Febraban%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202023%20-%20Volume%202.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária - v.2**, 2024. Disponível em: [https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20Febraban%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%20-%20Vol\\_02%20-%20Imprensa.pdf](https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20Febraban%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%20-%20Vol_02%20-%20Imprensa.pdf). Acesso em: 29 jul. 2025.

FERNANDES, A. C. **Moeda digital do Banco Central: perspectivas e desafios**. 2022. 37f. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Tecnologia de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: [https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/12207/1/ads\\_2022\\_2\\_alesandracoutinhofernandes\\_moedadigitaldobancocentral.pdf](https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/12207/1/ads_2022_2_alesandracoutinhofernandes_moedadigitaldobancocentral.pdf). Acesso em: 29 jul. 2025.

FORBES BRASIL. Pix permitirá débito automático e BC vê evolução para pagamento offline. Forbes Money, 4 set. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/09/pix-permitira-debito-automatico-e-bc-ve-evolucao-para-pagamento-offline/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **O impacto do PIX no comportamento de empresas durante a pandemia**. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Uso do PIX por empresas privadas no Brasil: tendências e estatísticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2023.

FRIEDMAN, M. **The role of monetary policy**. American Economic Review, v. 58, n. 1, p. 1-17, 1968.

GOMES, A. A. G. **Equilibrando rentabilidade e crescimento: estratégias de crescimento e de respostas à disrupção na fintech PagSeguro**. 2022. 50f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão para a Competitividade) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/a21aca68-8d69-437c-be12-c2b982123327/content>. Acesso em: 29 jul. 2025.

HAYEK, F. A. **Law, legislation and liberty**. London: Routledge, 1976.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora GHI, 1936.

LEITE, L. M. **A evolução dos meios de pagamentos digitais no Brasil durante a pandemia do Covid-19: uma análise sobre o PIX**. 2021. 74f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021. Disponível em: [https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/83abee6-3c43-44e7-97ea-b0fb40c653bf/Leite\\_Leandro\\_Meira\\_tcc.p](https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/83abee6-3c43-44e7-97ea-b0fb40c653bf/Leite_Leandro_Meira_tcc.p). Acesso em: 29 jul. 2025.

MARTINS, Leila de Souza et al. O impacto dos bancos digitais no sistema bancário brasileiro. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 19., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2022.

MATOSSO, J.; ROSSI, P. **O crédito ainda pode favorecer o crescimento?** CartaCapital, São Paulo, 9 de março de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/o-o-credito-ainda-pode-favorecer-o-crescimento/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MEDEIROS, M. H. **A inovação é dotada de atributos que lhe garantam status de princípio?** estudo de caso da Justiça Federal da 5ª Região. 2023. 67f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/ede9259d-1c26-4a8e-b3da-1a4375ecd5e0/content>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MISES, L. V. **Human action: A treatise on economics**. New Haven: Yale University Press, 1949.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Improving financial literacy: analysis of issues and policies**, 2005. Paris: OECD Publishing, 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2005/11/improving-financial-literacy\\_g1gh5cd2/9789264012578-en.pdf](https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2005/11/improving-financial-literacy_g1gh5cd2/9789264012578-en.pdf). Acesso em: 29 jul. 2025.

OLIVEIRA, R. **BC anuncia o vazamento de dados de 160 mil chaves PIX**. 2022. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/legislacao/bc-anuncia-o-vazamentode-dados-de-60-mil-chaves-PIX/>. Acesso em: 13 de set. 2024.

PINHEIRO, W. SumUp realiza levantamento com micro negócios e conclui que setor de transportes é o mais afetado. **SEGS**, Santos, 20 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.segs.com.br/seguros/231911-sumup-realiza-levantamento-com-micro-negocios-e-conclui-que-setor-de-transportes-e-o-mais-afetado-pela-pandemia>. Acesso em 12 de out.de 2024.

PIX é obrigatório? Como pequenas empresas devem se adaptar. **EXAME**, São Paulo, 2022.

SANT'ANA, J.; BORGES, B. BC estabelece limite de R\$ 1 mil para transferências noturnas pelo PIX a fim de evitar fraudes. **G1 Economia**, Brasília, 27 de agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/PIX/noticia/2021/08/27/banco-central-estabelece-medidas-para-tornar-PIX-mais-seguro.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SCHAPIRO, M. G.; MOUALLEM, P. S. B.; DANTAS, E. G. PIX: explaining a state-owned fintech. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 43, n. 4, p. 874-892, 2023. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/2434/2367>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SILVA, S. W. et al. O sistema financeiro nacional brasileiro: contexto, estrutura e evolução. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 14, n. 1, p. 1015-1029, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/3043>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SILVA, L. F. et al. **PIX e as vendas a prazo informais: o impacto na contabilidade e na gestão dos microempreendedores**. 2024. 18f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/30613/1/LincolyleandssonFernandesdaSilva\\_TCC.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/30613/1/LincolyleandssonFernandesdaSilva_TCC.pdf). Acesso em: 29 jul. 2025.

TORRES, S. M. C. **Análise da evolução do plano estratégico de tecnologia da informação em um banco público brasileiro: um estudo de cinco anos.** 2024. 114f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/76455/1/2024\\_dis\\_smctorres.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/76455/1/2024_dis_smctorres.pdf). Acesso em: 8 ago. 2025.

VIEIRA, J. A. G.; PEREIRA, H. F. S.; PEREIRA, W. N. A. Histórico do sistema financeiro nacional. **E-Locução**, v. 1 n. 2, p. 146-162, 2012. Disponível em: <https://periodicos.faex.edu.br/index.php/e-Locucão/article/view/102/83>. Acesso em: 29 jul. 2025.